

OS TUPIS E A TURÂNIA. HIPÓTESES SOBRE A ORIGEM DO HOMEM E DA CIVILIZAÇÃO NAS AMÉRICAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO XX

Maria Helena P.T. Machado*

MACHADO, M.H.P.T. Os Tupis e a Turânia: hipóteses sobre a origem do homem e da civilização nas Américas na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 12: 3-16, 2002.*

RESUMO: Este artigo tem como ponto central o estudo das teorias a respeito da origem do homem americano e da antigüidade da civilização nas Américas, no contexto intelectual do século XIX e primeiras décadas do XX. Seu objetivo é mapear estas teorias no ambiente intelectual europeu e norte-americano para, em seguida, as vincular às discussões latino-americanas e brasileiras a respeito do grau de desenvolvimento, de civilização e de aperfeiçoamento das populações americanas originais (pré-conquista) e o papel da América na história do mundo civilizado. Para atingir tais objetivos, o artigo analisa aspectos do desenvolvimento da filologia comparada, da etnologia e da antropologia para acompanhar a elaboração do monumento teórico-ideológico que foi denominado como de civilização indo-européia para, em seguida, buscar esclarecer o impacto destas discussões nas nascentes disciplinas da arqueologia e antropologia latino-americanas.

UNITERMOS: Americanismo – Hipóteses sobre as Origens da Civilização – Filologia comparada.

Este artigo tem como ponto central o estudo das teorias a respeito da origem do homem americano e da antigüidade da civilização nas Américas, no contexto intelectual do século XIX e primeiras décadas do XX.¹ Seu objetivo é mapear estas teorias no ambiente intelectual europeu e norte-americano para, em seguida, as vincular às discussões latino-americanas e brasileiras a respeito do grau de desenvolvimento, de civilização e de

aperfeiçoamento das populações americanas originais (pré-conquista) e o papel da América no mundo civilizado.

A partir dos finais do século XVIII assiste-se na Europa interesse crescente a respeito da origem e evolução do homem e das civilizações, interesse este focado tanto no território europeu, quanto nas terras coloniais. As primeiras décadas do XIX, neste sentido, foram marcadas pelo surgimento da arqueologia como disciplina científica e pela popularização de relatos de viajantes, aventureiros e arqueólogos amadores sobre as paragens distantes e civilizações perdidas. Episódio extremamente significativo deste momento foi a “descoberta” dos senhorios maias na década de 1830/40, que alimentou hipóteses das mais díspares sobre a origem desta civilização. Por exemplo, um dos mais

(*) Depto. de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

(1) Este artigo é parte do projeto de pesquisa “Viagens e Viajantes no Brasil e na América, 1840-1900” que venho desenvolvendo com financiamento do CNPq.

populares viajantes e pesquisadores das ruínas maias, Auguste de Le Plongeon (1826-1908), divulgou, com persistência e entusiasmo, sua interpretação sobre a origem destes povos. Segundo ele, os maias haviam sido povos altamente evoluídos que teriam construído os grandes monumentos e pirâmides que então estavam sendo encontrados pelos viajantes europeus nas florestas tropicais da Guatemala e do Iucatã, e que teriam, por volta de 11.500 anos atrás, imigrado para o Vale do Nilo, onde teriam fundado a civilização egípcia (Le Plongeon 1886 e 1900).

Outro ramo do conhecimento que emergiu neste período e tornou-se fundamental foi o do estudo das línguas, campo composto pela lingüística e pela filologia comparada. O estudo das línguas, semíticas e jafética, i.e., indo-européias e, mais tarde, a invenção do tronco turaniano, informavam e muitas vezes conduziam os debates raciais e etnológicos na Europa, tendo os filólogos, por algumas décadas, apontado os caminhos pelos quais as discussões raciais se desenvolviam (Poliakov 1996).

Na segunda metade do século XIX, as teorias a respeito da origem do homem americano e da antigüidade da civilização nas Américas passaram igualmente a fazer parte integrante das preocupações dos intelectuais latino-americanos, inclusive dos brasileiros, interessados na construção de uma identidade americana-brasileira original. Inúmeros estudos especulavam sobre as mais variadas hipóteses a respeito do tema: supunha-se, por exemplo, a origem indo-européia tanto do quéchua e quanto do nahuatl, ao mesmo tempo em que se aventava a possibilidade de ligação das antigas civilizações americanas às civilizações clássicas do mundo ocidental (Wauchope 1962). Estas especulações, ao mesmo tempo em que abordavam temas presentes nos debates raciais da época, deslocavam a discussão para as questões das origens e do desenvolvimento das civilizações, buscando estabelecer padrões de evolução lingüístico-cultural que permitissem estudar as sociedades erigidas pelo homem nos diferentes períodos e regiões da terra.

De fato, os estudos filológicos se enraizaram como um campo estratégico nos debates europeus a respeito da origem do homem e das civilizações no globo, dando as cartas na definição dos termos por meio dos quais as questões da inferioridade/superioridade das raças e das civilizações puderam

ser pensadas.² Este texto pretende focar alguns destes debates, mostrando como eles se reportavam a um horizonte intelectual emoldurado pelo comparativismo das línguas e das instituições sociais dos povos, entendidas como costumes e tradições, produzindo os contextos nos quais os diferentes axiomas biológicos ou raciais foram discutidos. Da mesma forma, se procurará apontar as conexões entre as polêmicas hipóteses que alimentavam estes debates e o processo de construção de uma identidade americana-brasileira no período considerado.

Em primeiro lugar, farei uma localização sumária das grandes questões que animaram o campo da filologia comparada para em seguida discutir os três grandes ramos lingüísticos canonizados por esta discussão (ariano, semítico e turaniano). Em seguida, farei algumas considerações sobre esta discussão no âmbito dos intelectuais brasileiros da segunda metade do XIX e inícios do XX, enfocando os escritos de Couto de Magalhães no livro *O Selvagem*, de Gonçalves Dias, no livro *Brasil e Oceania*, de Varnhagen em *L'Origine Tourainienne des Américains Tupi-Caribes et des Anciens Égyptiens* de 1876 e, finalmente, o folheto de Câmara Cascudo de 1933, *O Homem Americano e seus temas*.

A árvore e a escada: a filologia comparada e a origem das civilizações

Uma das principais vertentes no campo da filologia que mobilizou os intelectuais europeus desde a Ilustração refere-se à constituição do tronco lingüístico ariano, depois denominado de indo-europeu. Léon Poliakov (1996), no livro *The Aryan Myth*, elabora extensa análise a respeito das bases teórico-ideológicas que legitimaram o arianismo na Europa, sobretudo na Alemanha, procurando traçar as profundas implicações psicológicas e culturais que subjaziam às discussões filológicas e da lingüística histórica. Neste sentido, o autor mostra como as discussões filológicas

(2) Ver, por exemplo, Kuper (1988), sobretudo a primeira parte, "The Invention of Primitive Society", bem como a análise de Trautmann (1997) a respeito da constituição do arianismo no contexto do Império Britânico e a discussão de Poliakov (1996) sobre a história da construção do mito ariano da superioridade racial na Europa, sobretudo o capítulo "The Aryan Epoch". Todos estes livros, construídos a partir de perspectivas diversas, apontam o papel definidor da filologia comparada e da lingüística histórica na definição do campo teórico de debates sobre o tema.

cifravam as principais angústias das nações européias frente ao seu outro interno (como os judeus na Alemanha) ou frente às populações não-brancas coloniais. Tomando como objetivo o desvendamento das teorias a respeito da origem e filiação das línguas e dos povos que haviam povoado o continente europeu, Poliakov refaz a história da construção do mito ariano, desde finais do XVIII, colocando-o no contexto do crescimento do nacionalismo germânico e dos debates raciais a respeito do mundo colonial (Ásia e Oriente Médio, sobretudo). Esta discussão teve repercussões profundas nos quadros das nascentes ciências do homem, resultando no estabelecimento, amplamente referendado ao longo da segunda metade do XIX, de uma hierarquia das línguas e das civilizações espalhadas ao redor do mundo, que foram organizadas numa escala evolutiva baseada em padrões lingüísticos, na análise da cultura material e na presença/ausência de instituições sociais e políticas tidas como universais.

Segundo Poliakov, desde os finais do século XVIII haviam surgido, em diferentes países europeus, debates a respeito da origem do homem, discussão esta emoldurada pela questão da veracidade não só do relato bíblico como de sua datação. Foi buscando elementos para escrutinar as afirmações bíblicas é que estudiosos da arqueologia, geografia e etnologia começam a pesquisar no alto das montanhas os resquícios das mais antigas civilizações. Neste sentido, afirma Poliakov:

“Assim como Linnaeus, os estudiosos da Ilustração, os quais em sua maior parte professava o monogenismo, geralmente viam as montanhas como o berço da humanidade. Isto era certamente verdade do ponto de vista dos geógrafos, em sua maneira de ver, a existência de conchas marinhas em todas as altitudes confirmava a hipótese do dilúvio universal, corroborando a narrativa bíblica. Nos dias de hoje é fato conhecido que as mais altas montanhas se localizam na Índia e China. Mas o fato é que a tradição, talvez devido à relutância dos brancos europeus de admitir sua filiação aos amarelos, focalizava sua atenção nas bordas mais próximas dos Himalaia e da Caxemira” (Poliakov 1996:184-185).³

A busca para delimitar o local da origem do homem rapidamente antepôs os defensores do Egito Antigo e do Oriente Médio, fiéis à interpretação literal da Bíblia aos defensores da Índia como o berço da humanidade. Ainda segundo grandes pensadores europeus, como Diderot, na Índia não se localizaria apenas a origem da humanidade como também este seria o local de nascimento das mais antigas ciências exercitadas pela humanidade. A mudança do pólo da origem da civilização do Egito para a Índia resultou em diferentes movimentos de idéias que alcançaram fenomenal impacto em áreas como da filologia, arqueologia e etnologia, oferecendo os elementos para a construção ideológica das línguas e civilizações arianas ou indo-européias e na filosofia e literatura alimentando o idealismo e o romantismo (Poliakov 1996:185).

Ainda segundo Poliakov, o naturalista francês, Pierre de Sonnerat, em sua *Voyage aux Indes Orientales* de 1782, delimitou a Índia como o berço da humanidade, alimentando interpretações que lançaram mão de visões grandiosas e idealizadas das fontes originais da civilização européia, visões estas que foram divulgadas repetidamente nos livros de viagem que ganharam um público leitor cativo e chegaram a atingir os grandes pensadores europeus. O filósofo Kant, por exemplo, elaborou uma nova interpretação da teoria astronômica e ártica de Bailly, determinando o Tibet como o lugar de origem da humanidade (Poliakov 1996:185-186).

A associação entre o romantismo e o orientalismo é bem conhecida e seus expoentes se voltaram para a Índia em busca das raízes da cultura européia e das origens da humanidade.⁴ A combinação da exaltação do primitivo com a espiritualidade e o orientalismo permearam o idealismo e o romantismo. Ambos os movimentos inspiraram vertentes que apoiaram a valorização da origem ariana dos povos europeus, cujo resultado foi a legitimação da superioridade “natural” das civilizações derivadas dos “antigos e nobres troncos arianos”. Diz Poliakov:

“Adotando por um momento o estilo de Herder, poder-se-ia dizer que os alemães, tentando desvencilhar-se da filiação

(3) As traduções deste e dos trechos a seguir retirados do citado livro de Poliakov são de minha autoria.

(4) Said (1990) analisa o surgimento do orientalismo como campo de saber.

judaico-cristã, logo responderam a estas aspirações; com Schopenhauer a Alemanha desejou ser filha da Índia e do budismo, com Nietzsche, filha da Pérsia e seguidora de Zaratustra. É certamente verdade que Herder, com seus anseios pelo primitivo, com seus exageros e também com seus lampejos geniais, parece ter ao mesmo tempo antecipado e aprofundado as contradições do romantismo alemão, e talvez não apenas da Alemanha” (Poliakov 1996: 187).

Foi neste sentido que o orientalista Raymond Schwab afirmou ter sido Herder o iniciador da voga de exaltação do primitivo e do infantil na cultura ocidental, admiração esta evocada até os dias de hoje pelos intelectuais e artistas, quando exauridos pelo racionalismo ocidental (Poliakov 1996: 187).⁵

Para o autor de *The Aryan Myth*, uma das linhas de reflexão derivada destas conjecturas vinculava a origem da espécie humana à origem da língua, considerando-as questões distintas, porém relacionadas. O maior debate girava em torno das possibilidades de determinação da língua falada por Adão ou da língua original da humanidade. Mais uma vez, esta discussão, atravessada por contendas ideológicas, antepunha os defensores da interpretação literal da Bíblia aos defensores de uma visão mais heterodoxa dela, cujo escopo repousava, ao menos na Alemanha, num mal estar relativo ao parentesco dos germânicos aos semitas-judeus, o que desembocou numa tentativa, encetada pelos intelectuais europeus, de desvinculação de ambas as civilizações. No entanto, vozes dissonantes podiam ser ouvidas neste debate. Johann-David Michaelis (1717-1791) da Universidade de Göttingen, embora fosse o maior estudioso do hebreu de sua época e um dos fundadores da Escola Exegese Superior da Bíblia, militava contra a emancipação dos judeus, recusando-se a aceitar a genealogia de Noé como fato histórico comprovável. Apesar da existência de posições como a acima elencada, persistiram nas principais academias alemãs defensores ferrenhos da veracidade da Bíblia e do relato de Noé (Poliakov 1996: 189).

Neste quadro, posições intermediárias começaram a surgir, como a professada por Ludwig Von Schlözer (1735-1808), que considerava o relato bíblico do Dilúvio como verdade, mas tinha dúvidas a respeito da veracidade do episódio de Babel. Apesar da desqualificação da Bíblia como um todo como verdade histórica, foi Von Schlözer que introduziu o nascimento de Jesus como ano zero da história ocidental e propôs a divisão das línguas entre semítica e jafética, incluindo o persa (língua que teria dado origem ao tronco ariano) (Poliakov 1996: 188-189).

Além disso, o crescente interesse sobre a Índia estimulou novos estudos lingüísticos, como foi o caso do francês, Anquetil du Peyron, que tendo ido para a Índia como soldado, dedicou-se ao estudo da língua dos pársis. Note-se que o primeiro interesse dos europeus esteve voltado para o estudo do persa. Seria por meio dele é que se fez a aproximação ao conhecimento da Índia propriamente dita, isto até pelo menos os finais do XVIII. A mudança de perspectiva se deu com a conquista da Bengala pelos ingleses, o que suscitou a fundação da *Asiatic Society of Calcutta*, em 1784. Note-se, no entanto, que a “renascença orientalista”, cujo maior impulso deveu-se à ação dos próprios intelectuais britânicos, causava desconforto aos ingleses, pouco à vontade com a idéia de serem aparentados aos nativos de pele escura, subordinados ao Império Britânico. Na verdade, a valorização do arianismo e dos arianos como fonte originária da cultura ocidental, colocava os ingleses em posição pouco confortável, numa situação inversa a vivida pelos intelectuais germânicos cujo maior desafio era responder às questões ligadas a origem semítica da humanidade e o parentesco entre europeus e povos do Oriente Médio. Em decorrência, as discussões a respeito da veracidade da Bíblia e a aceitação da descendência das línguas européias do tronco indo-europeu se desenvolveu na Inglaterra num cronograma diferente dos países da Europa continental. Apesar disso, grande parte do estudo e divulgação da cultura ariana se deveu à ação de estudiosos ingleses, como bem demonstra Thomas Trautmann em seu livro a respeito do desenvolvimento dos estudos eruditos sobre o arianismo na Grã-Bretanha (Trautmann 1997: 28-29).

A partir dos anos de 1780, os administradores ingleses na Índia, parte dos quais se caracterizava por serem eruditos e estudiosos do hinduísmo, se associaram aos brâmanes, muitos deles também contratados pela administração inglesa, e começa-

(5) Sobre a conexão entre a criatividade artística e o primitivismo no pensamento ocidental, ver Torgovnick (1996: 3-22).

ram a traduzir para o inglês (passando pelo persa) as antigas leis e textos sagrados hinduístas. O poeta e jurista inglês, William Jones foi nomeado, em 1783, juiz da Corte Superior da Bengala, dando início a uma nova fase dos estudos orientalistas. Ele se pôs a estudar diretamente o sânscrito, tornando-se um dos principais estudiosos do hinduísmo e das línguas arianas (Poliakov 1996: 189-190 e Trautmann 1997: 40-52). Foi a partir destes estudos que Jones se convenceu da possibilidade de traçar analogias bem próximas entre a mitologia hindu e greco-latina. De acordo com Jones: “*Existe uma similaridade marcante entre os principais objetos de culto na Grécia e Itália antiga e o país que agora habitamos. ...*” (apud Poliakov 1996: 190). Estabelecendo as linhas de descendência e a conexão entre as línguas, ele propôs um esquema histórico explicativo da origem e difusão das línguas e civilizações humanas o qual, por sua vez, confirmava o relato bíblico de Moisés e seus filhos. Segundo Trautmann, em síntese, as conclusões a que chegou Jones foram:

1. Persas, hindus, romanos, gregos, egípcios e etíopes falavam a mesma língua e professavam a mesma religião.
2. Judeus, árabes, assírios, os falantes do siríaco e abissínicos possuíam uma língua ancestral comum, diferente das línguas arianas.
3. O terceiro ramo, não conectado aos anteriores, era o tártaro.
4. Na origem Deus havia criado apenas um casal humano, mas à medida que eles se reproduziram, a tendência foi a da dispersão, formando novas línguas, governos e códigos de leis.
4. O lugar original dos primeiros homens havia sido o Irã, local de onde os três ramos haviam emigrado.
5. Os episódios bíblicos como os do Dilúvio e da Torre de Babel eram verdades históricas e puderam ser localizados nos textos sagrados hinduístas.
6. A língua original da humanidade, falada por Noé, não pôde mais ser encontrada, apesar dos esforços dos filólogos.

7. Dos filhos de Moisés, o ramo jafético se espalhou pelo norte da Europa e lançou-se nos oceanos. Tendo sido pastores nômades, não cultivaram a escrita. Os descendentes de Ham inventaram o alfabeto, a astronomia e outras artes, povoando a Índia e a África. Mais tarde passaram para Grécia e Itália, outros atravessando as montanhas chegaram à China e ainda, parte destes, indo ainda mais além, chegaram ao México e Peru. Já os descendentes de Shem teriam povoado a península arábica (Trautmann 1997: 51-52).

O modelo interpretativo proposto por W. Jones foi reinterpretado por Friederich Schlegel, o qual, por seu turno, estabeleceu correlações antropológicas às semelhanças detectadas entre os indo-europeus no âmbito da língua, entendida como monumento cultural principal, cuja associação a outras características comuns, analisadas em conexão com a filologia, tais como os mitos, hábitos e costumes, formavam o conjunto analítico daquilo que se denominava teoricamente como uma civilização. Desta forma, Schlegel estabeleceu pioneiramente uma relação direta entre língua e raça, abrindo caminho para construção do mito da raça ariana. Embora Schlegel tenha sido um romântico de primeira geração, menos comprometido com aspectos irracionais e regressivos que caracterizaram o auge da ideologia romântica na Europa e, além disso, não estivesse ao menos conscientemente comprometido com o anti-semitismo, concebeu e deu forma ao mito da raça ariana. Note-se, no entanto, que a militância política de Schlegel o havia levado a envolver-se na campanha a favor da emancipação judaica, tendo inclusive se casado com uma judia, filha do filósofo Mendelssohn. Embora incensado por sua concepção da raça germânica, mais tarde foi acusado pelos nazistas de carecer de instinto de raça (Poliakov 1996: 190-191).

A visão de Schlegel foi fundamental na Alemanha, ligando os arianos do norte da Índia à idéia de um alto desenvolvimento intelectual, uma civilização de guerreiros e sacerdotes vegetarianos que, por alguma força magnética obscura, haviam se tornado carnívoros e imigrado, formando colônias. Embora ele próprio tenha sempre se atido a aspectos mais gerais desta construção ideológica, seus seguidores deram o passo em direção a ligar o mito ariano ao nacionalismo germânico, a começar por seu irmão August-Wilhelm Schlegel, passando por Goethe, Hegel, e se difundindo rapidamente pela França (Poliakov 1996: 192-193).

Como notou Trautmann, o pensamento das ciências humanas dos séculos XVIII e XIX se guiava por dois paradigmas: o da escada e o da árvore. O primeiro, dominante na antropologia da segunda metade do XIX, orientava suas análises inspirando-se na estrutura de uma escada, a qual, por meio da evolução, conduzia a humanidade a uma progressiva sucessão de formas hierarquizadas. Já a segunda visão, aquela que via as nações⁶ como parte de uma árvore de muitos galhos, conduzia as interpretações dos lingüistas, marcando igualmente o pensamento etnológico e concebia o desenvolvimento humano por meio de uma sucessão de ramos aparentados, partindo de um tronco comum. Nesta visão, as nações humanas poderiam estar divididas em culturas-tronco ou mães e culturas derivadas ou filhas, mas elas não estavam hierarquizadas de forma evolutiva. A visão da árvore marcou a lingüística histórica do século XIX e foi predominante na biologia, tendo Darwin deixado claro na *Origem das Espécies* que o conceito vinha da lingüística e da etnologia para a biologia, e não ao contrário. Note-se que, em princípio, tanto o paradigma da escada quanto o da árvore eram monogenistas, sendo que o segundo, aquele da escada, servia para asseverar a veracidade da Bíblia e era a chave da chamada “etnologia mosaica”.i. é, derivada de Moisés (Trautmann 1997: 9).

No livro *The Invention of Primitive Society*, Adam Kuper mostra que um dos primeiros modelos explicativos da origem das civilizações americanas, perpassado pelas discussões que antepunham o monogenismo ao poligenismo, encontra-se no campo das discussões filológicas e misturava raça e língua, porém dando primazia à língua. Um dos debates mais significativos a este respeito era aquele que opunha os arianistas aos defensores da proeminência dos semitas na origem da civilização, debate este que alcançou grande impacto tanto nos estudos filológicos europeus quanto nos nascentes estudos arqueológicos e lingüísticos nos EUA. Esta disputa teórica, estabelecendo um campo de discussões na América do Norte teve, por seu turno, grande ressonância na América Latina. Samuel Haven, por exemplo, em sua obra *Arqueologia dos Estados Unidos*, publicada em 1856 pelo Smithsonian Institution, reviu em detalhe os estudos lingüísticos das línguas

americanas, enfatizando a conclusão de Albert Gallatin que asseverava que, tendo estas línguas se desenvolvido isoladamente daquelas faladas nos outros continentes, acabaram por desenvolver apenas entre si mesmas características comuns. Ainda de acordo com o citado filólogo, o aspecto definidor mais importante para a análise destas línguas residia naquilo que Alexander Von Humboldt (1769-1859) havia chamado de processo de “aglutinação”, que se definia como um sistema de colagem que permitia que as línguas acumulassem um grande número de significados utilizando-se de uma só palavra (Kuper 1988: 50). Além disso, ao refletir sobre os estudos fisiológicos poligenistas, Haven rejeitou suas conclusões, optando pela interpretação filológica monogenista. Escrutinando as novas descobertas da arqueologia este autor concluía que:

*As deduções derivadas das investigações científicas, filológicas e fisiológicas, tendem a provar que as raças americanas possuem grande antigüidade. Suas religiões, doutrinas, superstições. e artes, similares àquelas das eras mais primitivas da humanidade. Todas as suas características mostram afinidades com as primitivas condições das raças asiáticas.*⁷

Uma visão panorâmica das discussões filológicas possibilita a recuperação dos principais debates em tela no período. Como já vimos anteriormente, os filólogos europeus estabeleceram as relações entre as línguas sempre considerando que, mesmo de maneira distante, todas as línguas européias eram aparentadas ao sânscrito, sendo seu lugar de origem a Índia. Quanto à língua semita, acreditava-se que era igualmente derivada do sânscrito e originária da Ásia.

O professor de sânscrito de Oxford, Max Müller (1823-1900), o maior filólogo de sua época e grande divulgador da filologia comparada, disseminou a idéia da existência de um terceiro ramo, que ele denominou de “turániana”. Este ramo lingüístico estaria dividido geograficamente entre norte e sul. Em seu setor norte, as línguas turanianas incluiriam a Turquia, a Finlândia, a Mongólia e o País Basco e, em seu ramo sul, as regiões tropicais, nas quais se encontrariam a maior parte ou mesmo todas as outras línguas do mundo, do tâmil (a principal língua indiana dravídica, não

(6) O termo nação aqui está sendo utilizado na sua acepção do século XIX, significando povo, grupo étnico ou tribo.

(7) Samuel Haven, *Archaeology of the United States*, citado em Kuper (1988: 51).

relacionada ao sânscrito) às línguas dos índios americanos. Note-se aqui a concepção de uma oposição constante entre norte e sul (Kuper 1988: 51-52).

Como sublinha Kuper, a interpretação de Max Müller considerava que as línguas turanianas do sul formariam um grupo bem diversificado possuindo apenas poucas características lingüísticas comuns. Müller acreditava que os povos turanianos, por serem nômades, possuíam línguas abertas, vulneráveis tanto a muitas mudanças quanto ao surgimento de dialetos variados. Conforme argumentava ele, os termos denominativos de parentesco, por exemplo, mostravam-se estáveis nas línguas arianas, mas não nas turanianas. No entanto, embora as palavras mudassem, os conceitos podiam ficar estáveis. Elas também, segundo Müller, possuíam a característica determinada pela análise lingüística proposta por Humboldt, de serem línguas de tendência à aglutinação (Kuper 1988: 52).

Ainda seguindo a análise proposta por Kuper, Max Müller, utilizando-se da tipologia proposta por A. Humboldt, que classificava as línguas segundo seus princípios gramaticais, conceituados como os de “isolamento, aglutinação e inflexão”, propôs o ordenamento dos troncos lingüísticos numa escala de desenvolvimento progressivo. No primeiro estágio e mais atrasado, se encontrariam as línguas caracterizadas pelo isolamento, nas quais cada palavra consistia de uma única raiz estável. Num estágio superior se encontrariam aquelas caracterizadas pela aglutinação, nas quais as raízes se colariam para formar novas palavras. Finalmente, as línguas colocadas no estágio mais desenvolvido se caracterizavam pelo amalgamamento, no qual, as inflexões das raízes originais, antes simplesmente coladas, se amalgamariam formando verdadeiras novas palavras.

Segundo o esquema proposto, as línguas turanianas do sul caracterizavam-se pela aglutinação, enquanto as turanianas do norte, assim como indo-européias e semíticas, por serem amalgamadoras, se encontravam em um estágio posterior e mais desenvolvido da aglutinação. Neste sentido, embora esta interpretação concordasse que todas as línguas possuíam uma origem una e comum, em termos lingüísticos, a Europa, Oriente Médio e norte da Índia estavam conectados por línguas aparentadas que se opunham àquelas dos trópicos. No entanto, embora as línguas européias fossem de amalgamamento elas, no passado, haviam sido de aglutinação e, antes ainda, isoladas (Kuper 1988: 52-53).

Buscando responder às questões a respeito do desenvolvimento dos povos tendo por guia a

análise da lingüística histórica, Müller propôs um modelo sintético que opunha a categoria de primitivo, anárquico, nômade disperso, com povos falantes de língua de aglutinação em estado de contínua mudança à de sociedades agrícolas, centralizadas e civilizadas, com elites capazes da escrita, possuidoras de línguas mais estáveis e avançadas, caracterizadas pela amalgamação. Müller acatava a divisão da humanidade entre os superiores arianos e semitas e os inferiores turânios, porém, ao mesmo tempo, o modelo por ele utilizado reafirmava a existência de uma só origem da humanidade, asseverando o paradigma monogenista do desenvolvimento da humanidade em forma de árvore (Kuper 1988: 53-54).

O famoso etnólogo norte-americano, Lewis Morgan (1818-1881), nos anos de 1850, estudando e comparando os iroqueses, ojibwas e outros grupos indígenas norte-americanos, concluiu que eles possuíam termos denominativos de parentesco com raízes lingüísticas comuns. Buscando nos filólogos, sobretudo em Max Müller e J.S. McIlvaine, as bases para compreensão deste fato, Morgan concluiu que os povos indígenas norte-americanos eram turanianos e que as estruturas lingüísticas do complexo sêneca-iroquês era similar ao do tâmil-telegu (dravídico). Isto o levou a concluir a origem asiática dos índios norte-americanos. O sistema de parentesco montado por Morgan vai se inspirar e correlacionar as instituições sociais básicas dos grupos étnicos norte-americanos aos estágios lingüísticos (Kuper 1988: 49-56).

Os tupis e a turânia: o contexto latino-americano e os intelectuais brasileiros

No Brasil, assim como em outros países da América Latina (Peru e México, obviamente devido ao desenvolvimento das antigas civilizações indígenas, mas também Argentina, Venezuela, entre outros) estas discussões vão encontrar eco e vou aqui apenas citar algumas delas.

Já em 1858, Gonçalves Dias (1823-1864) escrevia o estudo *Brasil e Oceania* no qual ele se perguntava a respeito da origem do homem americano (Gonçalves Dias s/d).⁸ Note-se que seus

(8) Este texto de Gonçalves Dias foi publicado originalmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1858.

argumentos seguiam os passos das discussões acima elencadas, que entre outros temas opunha, em termos lingüísticos, um norte mais desenvolvido a um sul atrasado, na figura da turânia do sul. Seguiu Gonçalves Dias igualmente a hipótese de Lewis Morgan que afirmava serem os grupos indígenas do norte mais desenvolvidos que os do sul. O próprio Morgan, para corroborar esta hipótese, havia tido que concluir que os astecas eram mais atrasados do que os iroqueses, em estudo no qual este teve que reinterpretar e contradizer as crônicas que unanimemente afirmavam a existência do estado e até de uma monarquia no México, em contraste com a estrutura de chefia e confederação dos índios pueblos norte-americanos (Kuper 1988: 68-70). Podemos acompanhar o eco destas discussões nas seguintes passagens de Gonçalves Dias: “*Em primeiro lugar para mim é fora de dúvida que a raça tupi, longe de ser autóctone, era uma última ou única raça conquistadora*” (Gonçalves Dias s/d: 4).

Na seqüência do texto, após elencar uma série de características da cultura material, dos hábitos, da linguagem que pretensamente confirmavam esta asserção, afirmava o citado autor:

“Há ainda outro exemplo tirado também da sua linguagem, e que parece provar concludentemente que os tupis eram conquistadores, e não os primitivos habitantes do país: é o uso de certas palavras, de certas frases, de certas interjeições, de que só as mulheres se serviam; enquanto os homens tinham outras da mesma ordem exclusivamente suas, para designar os mesmos objetos ou exprimir os mesmos sentimentos” (Gonçalves Dias s/d: 5).

Conclusão: os tupis formavam uma raça invasora superior que, vinda do norte, havia conquistado os grupos tapuias de origem mongol inferior e tomado suas mulheres. O resultado teria sido a decadência dos tupis mais civilizados, devido à sua integração a uma população mais bárbara e atrasada. A confirmação da proveniência setentrional dos tupis se encontraria inclusive na semelhança de seus costumes com os hurões e iroqueses. Além disso, existiriam três raças na América do Sul: a ando-peruano, a tupi e a pampeana, esta a mais atrasada (Gonçalves Dias s/d: 1-21).

Na segunda seção do livro, Gonçalves Dias tenta descrever, por sinal com certa carência de informa-

ções, os povos da Oceania, denominados como malaaios, polinésios e melanésios, procurando determinar características aproximativas destes grupos aos tupis. Embora não se reporte ao conceito de língua ou civilização turaniana, conceito cunhado quase simultaneamente ao seu trabalho de 1858, parece que o autor segue os passos aconselhados por M. Müller e vê os povos da Oceania como possíveis turanianos e provavelmente aparentados aos tupi. Assevera o autor que os malaaios-maometanos estavam em estágio civilizatório superior aos tupis, já os polinésios conformavam uma cultura em certos termos similar à dos tupis (civilização bárbara mas completa) e os melanésios (negros) eram inferiores. Embora a ligação não esteja explicitada, supõe-se a possível unidade ou descendência entre polinésios e americanos, na figura dos tupi.⁹

Ainda dois autores devem ser lembrados no quadro desta discussão. O primeiro, Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878) em seu texto *L'origine tourainienne des américains tupi-caribes et des anciens égyptiens* de 1876 propugnava que os tupis eram um povo invasor, vindo do norte, aparentado originalmente aos egípcios e fenícios.¹⁰ Estas suas hipóteses não se caracterizavam, no entanto, como conclusões de última hora pois, já em 1851 ele afirmava que:

“Temos idéia de haver lido que o uso antigo de chamar-se à gente por tios procede do tempo dos fenícios e egípcios. Sendo assim teríamos nestes fatos mais um ponto de contato para a possibilidade de relações outrora entre o Egito e a América, acerca do que o Lord Kingsborough apresentou tantas probabilidades. É certo que a mesma expressão tupi quer dizer tio, segundo Montoya . . .” (Varnhagen 1851: 408).¹¹

(9) Estas afirmações constam da segunda parte do livro, caps. I a IV (Gonçalves Dias s/d: 243-355).

(10) Alguns dos argumentos e informações aqui apresentados a respeito de Varnhagen apoiam-se na dissertação inédita de Laura Nogueira de Oliveira (2000).

(11) Lord Kingsborough, Visconde Edward King (1795-1837), que aparece no texto, foi um dos principais estudiosos e financiador de viagens de pesquisa ao México e acreditava serem os mexicanos descendentes de uma das Doze Tribos de Israel. Ele coligiu e publicou a importante série *Antiquities of Mexico: comprising facsimiles of ancient Mexican paintings and hieroglyphics*, publicada em Londres entre 1830 e 1848.

Em linhas gerais, Varnhagen acreditava que os tupi conformavam uma raça invasora e possuidora de uma língua altamente desenvolvida, que guardava traços de elegância e sutileza comparáveis ao grego e ao egípcio e que haviam entrado em processo de decadência na América. Os tupi deveriam descender de um povo adiantado que haveria conquistado, em alguma época, toda a América. Seriam estes conquistadores provavelmente descendentes das raças uralo-altaicas, de origem turaniana. Por não encontrar possibilidades concretas de comprovação, Varnhagen acaba concluindo que os americanos deveriam descender dos cários, povo da Ásia Menor, de tendência pirata, que desenvolvera uma civilização adiantada, porém instável, e que após a Guerra de Tróia teriam se retirado para a América, para escapar da vingança grega contra os povos derrotados. A não-existência de traços da civilização, escrita e língua específica dos cários seria conseqüência de sua tendência à instabilidade e pirataria, explicando, desta forma, sua miscigenação e posterior decadência na América, aonde teriam contatado os povos mais antigos e atrasados que aqui viviam (Varnhagen 1876 e Nogueira 2000: 90-100).

José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898) foi o autor que mais detalhadamente tratou de explicar a origem do homem e da civilização na América, sobretudo no Brasil. Em *O Selvagem* afirmava ele, certamente inspirado por Max Müller, que por sinal aparece citado muitas vezes ao longo do livro, sempre corroborando a importância do estudo das línguas e da filologia como estratégia para compreender os segredos das civilizações, que: “*Nenhuma língua primitiva do mundo, nem mesmo o sânscrito, ocupou tão grande extensão geográfica quanto o tupi e seus dialetos ...*” (Magalhães 1975 [1876]: 28).

Além da extensão geográfica alcançada pelo tupi, que a tornava “uma das maiores línguas da terra” (Magalhães 1975 [1876]: 28), esta possuía também, nas palavras de Couto de Magalhães, qualidades superlativas de beleza e elegância:

“Pelo lado da perfeição, ela é admirável; suas formas gramaticais, embora em mais de um ponto embrionário são, contudo, tão engenhosas, que na opinião de quantos a estudaram, pode ser comparada às mais célebres. Muitas questões hoje obscuras em filologia e lingüística encontrarão no estudo desta, que constitui uma nova família, a sua decifração.” (Magalhães 1975 [1876]: 28)

Note-se que nesta passagem Couto de Magalhães deixou claro que a principal língua indígena do Brasil, a língua nacional por excelência, projetava-se favoravelmente no contexto da lingüística histórica, podendo inclusive possibilitar, com seu estudo e deciframento, a evolução do conhecimento das línguas no âmbito dos debates europeus. Inspirado pela língua é que Couto vai fazer um estudo das civilizações e da origem do homem, em especial no Brasil. Em primeiro lugar, argumentava este autor que “*esta alta antiguidade do tronco americano, que o iguala aos mais velhos do mundo*” era uma verdade arqueológica, embora esta ainda não tivesse sido aceita pelos estudiosos europeus. Pois, segundo ele, continuava a pairar dúvidas quanto à antiguidade dos vestígios encontrados em terras brasileiras, que ainda careciam de datação mais precisa. No entanto, concluía Couto, os vestígios dos povos americanos deveriam ser anteriores à pedra polida e, portanto, “*a antiguidade do homem americano é grande, porque precede as primeiras imigrações dos Árias na Europa, e remonta até a data do período paleolítico da parte oriental daquela região*” (Magalhães 1975 [1876]: 34). A proposta de Couto é que as pesquisas arqueológicas deveriam ser desenvolvidas em áreas altas e montanhosas do Brasil, uma vez que seria aí que se poderiam encontrar os vestígios mais antigos.

Em seguida, Couto de Magalhães passa a discutir a questão da filiação lingüística do tupi, propondo sua localização em termos de desenvolvimento evolutivo no conjunto das línguas americanas e seu parentesco com as línguas asiáticas, isto é com o ramo ariano e não-dravídico. Segundo ele, as línguas americanas teriam todas chegado ao estágio de aglutinação, porém restaria indicar o verdadeiro parentesco que elas teriam entre si, sendo que para realização deste objetivo a estratégia mais correta seria o comparativismo. Para este autor, as línguas americanas se dividiriam em dois grandes grupos; um primeiro composto pelas línguas derivadas do tronco ariano e, um segundo, pelas línguas gerais não-arianas. No primeiro grupo, isto é, no das línguas americanas derivadas do tronco ariano, se localizariam o quéchua (Peru) e as línguas maias do quiche, do chaque-chiquel, (cakchikel) e do zutuil (tzotzil). No segundo grupo estaria o tronco tupi-guarani (Magalhães 1975 [1876]: 50). Na opinião de Couto de Magalhães se havia uma língua no Brasil derivada do tronco ariano, esta deveria ser o guaicuru (Magalhães 1975 [1876]: 52).

Já em relação às línguas “nobres” americanas, localizadas nas áreas dos antigos impérios maia e inca, este autor reconhece a configuração da língua como uma das expressões do desenvolvimento civilizatório, estabelecendo a origem e o desenvolvimento destes povos a um cruzamento com a grande família branca, isto é com as línguas arianas, tanto na forma do sânscrito quanto das línguas semitas, provenientes do Egito. Para tal, Couto de Magalhães segue a orientação do famoso Abade Charles Étienne Brasseur de Bourbourg (1814-1874) que havia sido, nos anos de 1860, o grande defensor das teorias da influência egípcia sobre os maias e da origem atlântida dos povos da antiguidade. Erudito, grande conhecedor das línguas mexicanas maia e nahuatl, o Abade havia desenvolvido uma carreira como especialista e pesquisador dos povos mexicanos até a década de 1860 quando, tendo se convencido de que teria sido a Atlântida o berço dos povos da antiguidade, passou a divulgar teorias pouco ortodoxas. Idéias estas que, apesar de terem sido fortemente criticadas pelos especialistas, ganharam considerável divulgação tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e na América Latina, chegando ao Brasil, como o comprova a argumentação de Couto de Magalhães no *Selvagem*.¹²

Com relação ao que Couto chama da língua dos incas, para ele o quéchua, a comprovação de sua filiação ao sânscrito, justificada devido à localização, em sua gramática de “centenas ou milhares de vocábulos sânscritos” aparece escorada no trabalho do estudioso argentino Vicente Fidel López (1815-1903) que havia, em princípio, comparado positivamente o quéchua com os textos sagrados dos *Vedas*. Mais tarde, apoiado no trabalho de um eminente egiptólogo europeu que havia visitado a Argentina, Fidel López publicou em francês uma obra que buscou comprovar esta hipótese, intitulada *Les Races Aryennes du Pérou, Leur Langue, Leur Religion, Leur Histoire*, que figurou na Exposição de Filadélfia de 1876.¹³

As conclusões de Couto de Magalhães a respeito da origem dos povos e das línguas americanas dos grandes impérios são muito claras. Segundo ele: “*Uma raça ariana, portanto, esteve largamente em contato com os índios americanos e os incas ou seus progenitores eram filhos dos plateaux ou araxás da Ásia Central*” (Magalhães 1975 [1876]: 51-52).

O enfoque das idéias destes três autores – Gonçalves Dias, F.A. Varnhagen e Couto de Magalhães – e de suas idéias a respeito da origem dos povos e línguas americanos e brasileiros permite que, embora sucintamente, se faça um quadro da importância destas discussões no ambiente intelectual latino-americano e brasileiro. Contextualizada pelas leituras de estudiosos europeus e, em menor medida, de autores norte-americanos nos campos da filologia, arqueologia, antropologia e etnologia, os intelectuais latino-americanos no século XIX buscaram estabelecer o lugar e a contribuição dos povos indígenas e de suas civilizações no conjunto das civilizações humanas. Reafirmando o monogenismo, conectando os povos americanos ao relato bíblico, à etnologia mosaica, à diáspora das Doze Tribos de Israel, à Atlântida e aos contatos nas duas direções com povos egípcios ou arianos antigos, os intelectuais latino-americanos do XIX pretendiam delimitar o lugar da civilização americana no grande painel dos povos da humanidade.

Estas idéias, extensamente discutidas na segunda metade do século XIX, vão ser reavaliadas no contexto intelectual dos anos de 1930, incorporando ao antigo debate, novas molduras provenientes tanto da evolução da arqueologia e da etnologia quanto pela incorporação de certas correntes intelectuais extra-acadêmicas que se tornaram muito populares tanto na Europa, quanto nos EUA e países da América Latina no início do século XX, como a teosofia. A discussão do panfleto de 1933 do famoso folclorista Luís da Câmara Cascudo (1899-1986), intitulado *O Homem Americano e Seus Temas*, é um bom exemplo desta tendência. É este um ensaio no qual o autor se propõe a tecer um balanço crítico das teorias então em voga a respeito da origem do homem americano. Tomando por base as diretrizes dos trabalhos apresentados no XXII Congresso de Americanistas, ocorrido em Roma em 1926 e que definiam como

(12) Sobre Brasseur de Bourbourg, ver Wauchope (1962: 19-21 e 44-48).

(13) Este livro de Vicente Fidel López foi publicado em Paris, pela editora de A. Frank, em 1871. Consta da folha de rosto uma edição do autor, impressa em Montevidéu.

certa a origem adventícia do homem americano e as migrações neolíticas pelo estreito de Behring como a rota fundamental de acesso às terras americanas, Câmara Cascudo vai discutir estas hipóteses contrapondo-as às teorias concebidas por intelectuais americanos, sobretudo latino-americanos. Teorias estas que, de forma geral, enveredavam por duas vertentes explicativas; uma primeira que defendia o caráter autóctone do homem americano ou ainda uma segunda que, embora aceitasse a hipótese adventícia, rebatia as conclusões a que haviam chegado os sábios europeus, considerando o povoamento do continente muito anterior e muito mais variado em termos culturais do que davam a supor a premissa das migrações mongóis, realizadas via estreito de Behring, tidas como únicas e exclusivas fontes do povoamento original da América pelos citados estudiosos europeus.

Igualmente, não se furta o autor a apresentar sua interpretação pessoal a respeito da questão, esta baseada em fontes heterodoxas, provenientes tanto da antropologia racial do século XIX, da antropometria, da glotologia, da arqueologia, quanto da teosofia. De fato, seguindo a sugestão proposta por Haeckel, entre outros, e abraçada por intelectuais americanos, e cujo escopo foi extensamente desenvolvido por Mme. Helena P. Blavatsky (1831-1891), em *Ísis sem Véu* (1872) e *A Doutrina Secreta* (1888), Câmara Cascudo postula a existência dos continentes da Lemúria e da Atlântida, como berço da origem da vida e da civilização humanas. Segundo o autor, a existência dos continentes perdidos surgia como explicação mais abrangente e satisfatória dos intricados argumentos a respeito dos insolúveis problemas e mistérios que ainda pesavam sobre a determinação da origem da vida humana no Novo Mundo.

O partido que toma Câmara Cascudo a respeito da origem do homem nas Américas o coloca no âmbito das discussões dos cientistas-naturalistas e antropólogos americanos, que, desde pelo menos a segunda metade do século XIX, vinham postulando a filiação das grandes civilizações americanas – sobretudo a maia, asteca e inca – às civilizações clássicas – principalmente egípcia, cartaginesa, grega ou turaniana – e as línguas americanas – nahuatl, quéchua, aimará, tupi, entre outras – ao então considerado pelos defensores da tese dos continentes perdidos e pelos teosofistas

como o principal tronco lingüístico civilizado, isto é o ariano/indo-europeu. Portanto, o ponto de vista de Câmara Cascudo, assim como o de diversas gerações de intelectuais e cientistas americanos é, pode-se dizer, difusionista,¹⁴ e tem como questão fundante a reflexão sobre o papel das culturas e do homem americanos no grande conjunto das civilizações.

Para Câmara Cascudo, o problema central na discussão do problema da origem do homem americano não reside na ausência de pesquisas de caráter arqueológico, antropológico ou lingüístico interessadas no deslindamento deste importante assunto, muito menos se encontra escassez de fontes materiais ou culturais que se prestem às reflexões dos estudiosos. De fato, para o autor, o mais grave problema a ser enfrentado no deslindamento da questão da origem da civilização na América encontra-se no aspecto fortemente ideológico do problema. A leitura deste ensaio deixa claro que para Câmara Cascudo – e, para muitos intelectuais de sua geração – a delimitação da origem do homem e da cultura americanos se integra fortemente na base da construção de uma identidade americana e latino-americana. Neste sentido, o autor esclarece desde o início de sua argumentação que considera os cientistas europeus, que tão freqüentemente têm visitado e estudado os restos materiais e a fontes culturais americanas, parciais e guiados por asserções preconcebidas que os tornam muito propensos a considerar desde logo a origem adventícia e relativamente recente do homem americano como um axioma indiscutível, que viria a corroborar o caráter subsidiário da cultura americana frente à civilização européia.

(14) A idéia de que alguns artefatos básicos das culturas humanas, como a cerâmica, o arco e flecha, entre outros, teriam sido inventados por determinado grupo humano e se difundido pelo mundo, criando blocos culturais, começou a ser colocada em discussão com os livros de Friedrich Ratzel. *Anthropogeographie* (1882-91) e *The History of Mankind* (1885-8), cuja edição inglesa de 1896 traz uma introdução escrita pelo célebre antropólogo E.B. Tylor. Franz Boas (1858-1942) levou esta discussão para a etnologia norte-americana, acrescentando o relativismo cultural e a interpretação de uma absorção peculiar por cada grupo dos elementos culturais difundidos (Trigger, 1989: 150-155). A visão expressa por Câmara Cascudo neste texto parece estar escorada numa interpretação um tanto quanto vulgarizada do difusionismo.

Assumindo uma postura americanista e nacionalista, Câmara Cascudo vai discutir o axioma da origem advéncia do homem americano, contrapondo as teorias dos “sábios europeus”, que o autor acusa serem mais “doutrinas intocáveis” do que hipóteses científicas, aos estudos realizados por estudiosos americanos, cujas conclusões pendem para o pólo oposto, optando pela origem autóctone ou pelo menos muito antiga da humanidade americana. Segundo o autor, o aspecto complicador deste trecho – que de conclusões, que redundam na dificuldade de se estabelecer as bases seguras para determinação da origem do homem americano é a falta de consideração, por parte dos europeus, das pesquisas realizadas pelos eruditos americanos, cujas conclusões foram sistematicamente desconsideradas, por razões escoradas no mero preconceito e arrogância dos estrangeiros.

Procurando sanar o que ele denomina de silêncio preconceituoso, Câmara Cascudo, no decorrer do ensaio, procura apresentar as pesquisas, achados e conclusões daqueles que ele considera como os principais estudiosos da questão da origem do homem na América. É com este objetivo que nomes como o de Florentino Ameghino (1853-1911), de origem argentina e autor da tese da origem pampeana do homem americano, apresentada em *La Anteguedad del Hombre en el Plata*, de 1915 e Rafael Requena, médico venezuelano e estudioso das antigas civilizações indígenas do norte de seu país e autor do livro *Vestígios de la Atlántida*, de 1932, aparecem neste ensaio, reputados como a expressão cultural que honra todo o continente. Igualmente estão aqui citadas as hipóteses de Peter Wilhelm Lund (1801-1880) da metade do século XIX, baseadas no exame dos fósseis localizados na Lagoa Santa, em Minas Gerais, cujas suposições embora aparentemente viessem a confirmar a premissa européia do caráter adventício da “raça americana”, a contradizia mortalmente. Afirmava Lund que o homem americano não só era contemporâneo dos animais de grande porte – e, portanto, lançava para o passado remoto as migrações para o continente americano – como o próprio território americano, ou pelo menos o *plateau* central brasileiro era, sem dúvida, a porção mais antiga do mundo e já conhecia a vida humana quando outras partes do globo ainda jaziam submersas nos oceanos.

A hipótese de Lund, assim como de outros estudiosos americanos (por origem ou adoção), cujas idéias e hipótese foram entusiasticamente apresentadas por Câmara Cascudo no decorrer deste ensaio, acabam por levantar o problema fundamental subjacente à discussão da origem do homem nas Américas, que é o da datação e das origens étnicas das possíveis levadas migratórias que teriam dado origem às civilizações indígenas no continente. É neste ponto que Câmara Cascudo postula a factibilidade da existência dos continentes perdidos, o que, segundo ele, viria a explicar cabalmente o mistério de muitos resquícios e ruínas de civilizações extremamente sofisticadas em regiões onde o colonizador encontrou apenas selvagens – como seria o caso, lembra o autor, da Ilha do Marajó, no norte do Brasil – como viria a demonstrar a unidade da família humana e das civilizações, colocando em pé de igualdade diferentes culturas, línguas e civilizações, nas quais o homem americano e sua cultura encontrariam o justo lugar.

Civilizações perdidas e reencontradas nos vestígios deixados por povos e costumes misteriosos, línguas e escritas desconhecidas e impossíveis de serem decifradas – todos estes motivos alimentaram a imaginação do homem do século XIX, justificando o surgimento de teorias imaginativas, baseadas no indecifrável ou no improvável. No entanto, por trás dos continentes perdidos e das sacerdotisas egíptio-maias corria todo um campo teórico de debates que procurava repensar a origem do homem e das civilizações a partir dos e em confronto com os parâmetros científicistas do XIX. Todos sabemos que a partir de meados do XIX as correntes de pensamento dominantes no campo das ciências do homem se apressaram por buscar seu lugar no novo panteão das ciências, cujo passe de entrada parecia exigir que se abjurasse o dogma cristão da origem una da humanidade. Outras correntes, porém, às vezes percorrendo caminhos pouco ortodoxos, buscaram reintegrar as grandes questões do humanismo, reafirmando a origem única dos homens e de suas civilizações sob uma roupagem que reivindicava uma nova ciência, regida por aquilo que na ascensão inexorável do paradigma científicista só poderia se manifestar na forma do esotérico, do misterioso e do intangível. É esta recusa de se submeter aos princípios científicos do século XIX, baseados no racismo, que parece ter movido a

história da busca das origens perdidas do homem e de suas civilizações. Seria também a visão humanista que permeava esta busca e suas teorias

imaginativas que explicaria porque, embora derrotadas pela ciência, elas permaneçam tão populares nos dias de hoje.

MACHADO, M.H.P.T. Tupians and Turanians: hypotheses on the origins of man and civilization in the Americas in the nineteenth and early twentieth centuries. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 3-16, 2002.

ABSTRACT: This article examines nineteenth and early twentieth-century theories on the origins of man and civilization in the Americas. Following an analysis of these theories within the European and North American contexts, the discussion focuses on Latin American (especially Brazilian) intellectuals who wrote on the development of pre-Columbian civilizations and on the role of ancient America in the history of civilization. In order to understand the impact of these debates on the emerging fields of Latin American archaeology and anthropology, this article analyzes different aspects of the development of comparative philology, ethnology, and anthropology, which contributed to the edification of the theoretical and ideological monument that came to be known as Indo-European civilization.

UNITERMS: Americanism – Hypotheses on the Origins of Civilization – Comparative Philology.

Referências bibliográficas

- CÂMARA CASCUDO, L.
1992 *O Homem Americano e seus Temas*. Natal:
[1933] Imprensa Oficial (Ed. fac-similar, Mossoró:
Coleção Mossoroense, Série C, vol. 746, 1992).
- GONÇALVES DIAS, A.
s/d *Obras Póstumas. O Brasil e A Oceania*. Paris:
H. Garnier.
- KUPER, A.
1988 *The Invention of Primitive Society*. Londres:
Routledge.
- LE PLONGEON, A.
1886 *Sacred Mysteries among the Mayas and the
Quiches, 11.500 Years Ago. Their Relation to
the Sacred Mysteries of Egypt, Greece,
Chaldea and India. Free Masonry in Times
Anterior to the Temple of Solomon*. Nova
Iorque: Macoy.
- LE PLONGEON, A.
1900 *Maya/Atlantis. Queen Moo and The Sphinx*.
[1876] Ed. fac-similar. Kila: Kessinger
- LÓPEZ, V.F.
1871 *Les Races Aryennes du Pérou. Leur Langue,
Leur Religion, Leur Histoire*. Paris: à la Librairie
A. Franck; Montevédu: edição do autor.
- MAGALHÃES, J.V.C.
1975 *O Selvagem*. Belo Horizonte e São Paulo:
Itatiaia/Edusp.
- OLIVEIRA, L.N.
2000 *Os Índios Bravos e o Sr. Visconde: Os
Indígenas Brasileiros na Obra de Francis-
co Adolfo Varnhagen*. Dissertação de
Mestrado (inérita), FAFICH-UFMG, Belo
Horizonte.
- POLIAKOV, L.
1996 *The Aryan Myth: a History of Racist and
Nationalistic Ideas in Europe*. Trad. E.
Howard. Nova Iorque: Barnes and Noble.
- SAID, E.
1990 *Orientalismo: o Oriente como invenção do
Ocidente*. Trad. T.R. Bueno. São Paulo:
Companhia das Letras.
- TORGOVNICK, M.
1996 *Primitive Passions. Men, Women, and the
Quest for Ecstasy*. Chicago: University of
Chicago Press.
- TRAUTMANN, T.
1997 *Aryans and British India*. Berkeley: University
of California Press.

MACHADO, M.H.P.T. Os Tupis e a Turânia: hipóteses sobre a origem do homem e da civilização nas Américas na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 3-16, 2002.

TRIGGER, B.

1989 *A History of Archaeological Thought*.
Cambridge: Cambridge University Press.

VARNHAGEN, F.A.

1851 Breves Comentários à Precedente Obra de Gabriel Soares de Souza. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XIV.

1876 *L'Origine Touranienne des Américains Tupi-*

Caribes et des Anciens Égyptiens, Montrée Principalement par la Philologie Comparée, et Notice d'une Ancienne Migration en Amérique, Invasion du Brésil par les Tupis.
Viena: Lib. I. et R. de Faesy & Frick.

WAUCHOPE, R.

1962 *Lost Tribes & Sunken Continents. Myth and Method in the Study of American Indians*.
Chicago: University of Chicago Press.

Recebido para publicação em 14 de junho de 2002.